



POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, DESENVOLVIMENTO E DECOLONIALIDADE: articulando um discurso fragmentado

Jorge Montenegro¹
Universidade Federal do Paraná

INTRODUÇÃO

Há três anos, a promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT (Decreto 6040, de 07/02/2007) institucionalizou o reconhecimento, pelo menos formal, de uma sócio-diversidade brasileira historicamente evidente e hoje ainda marcante. Tomando como ponto de partida a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, ratificada pelo Brasil em 2004, a legislação nacional incorpora três questões relevantes para a ampliação do leque de grupos que se autodefinem como povos e comunidades tradicionais²: a) a compreensão dinâmica da tradição; b) a possibilidade da autodefinição; e c) a imbricação entre território e identidade.

A tradicionalidade a que se refere a PNPCT, não se reduz a uma tradição essencialista e sim a uma tradição dinâmica, que foi se transformando com o passo do tempo, permitindo que esses povos e comunidades disputem incisivamente seu território e políticas públicas de caráter étnico. Como mostra Almeida (2008, p. 30), “a noção de ‘tradicional’ não se reduz à história, nem aos laços primordiais que amparam unidades afetivas, e incorpora as identidades coletivas redefinidas situacionalmente em uma mobilização continuada”. Com esse enquadramento, um elemento fundamental na definição dessa tradicionalidade é o conflito, já que uma das marcas que esses povos e comunidades carregam é a permanente disputa por seu território, por seus recursos, por sua organização do trabalho, por sua forma de vida, por sua cultura...

¹ Professor dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia da UFPR. Membro do CEGeT.

² Apenas a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada em 2006 e que complementa a PNPCT, está formada por dezesseis deles: povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, agroextrativistas da Amazônia, povos dos faxinais, dos fundos de pasto, geraizeiros, pantaneiros, retireiros e comunidades de terreiros. No entanto, esse número é maior e vem aumentando (cipozeiros, ilhéus, aprendizes de sabedoria...).

Nesse sentido, o instrumento da autodefinição ganha importância dentro dessa legislação como ferramenta de luta e resistência porque libera esses grupos da obrigação de uma identidade essencial ou “biologizada”³, essa definição de povo ou comunidade tradicional é criada e recriada através da defesa histórica e atual de formas de vida, de usos do território, de uma identidade coletiva que se forja na mobilização contra a expulsão e a marginalização, a favor de políticas públicas que garantam seu reconhecimento e não necessariamente por seu atrelamento a um passado comum distante e homogêneo.

O território, nesse processo, se constitui em um importante elo de continuidade e de identidade do grupo. Porém, não como um elemento fixo que marca a perdurabilidade dos laços no espaço. O território, no mesmo sentido que a tradição, longe de ser um elemento estático e imutável, percebe-se como um território que foi mudando suas características e suas dimensões, com relações tanto internas como externas que sofrem de um reordenamento diante dos novos desafios. Portanto, um território à medida de uma identidade não essencial, mas que está marcada pelo convívio com conflitos permanentes.

A articulação entre os três elementos destacados (tradição, autodefinição e território), não apagam, mas potencializam duas discussões de fundo que se entrelaçam: o avanço do capital no meio rural e a reformulação da questão agrária.

A expansão da modernização conservadora no campo, centrada na industrialização da produção agrícola e em uma estrutura fundiária que consegue permanecer em altos índices de concentração e aumentar a produtividade, marca fundamentalmente a dinâmica do campo a partir dos anos 1960. No entanto, a onda neoliberal dos anos 1980 e 1990 junto a um neo-desenvolvimentismo⁴ próprio dos anos 2000 (marcante nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva) revela formatos mais complexos e desbocados do avanço do capital no campo.

³ “A auto-identidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos objeto da Convenção, isto é, nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça” (OIT, 2005, p. 11).

⁴ Katz (2007) caracteriza o neo-desenvolvimentismo (analisando o caso argentino) como um padrão de acumulação que combina ênfase industrialista da substituição de importações, associação estreita com o capital estrangeiro, regime agro-exportador e centralidade da atividade agrária e o caráter de regressão social do neoliberalismo. Bresser Pereira (2003, 2006 e 2007) no Brasil, fiel a sua formação desenvolvimentista e estruturalista e de uma forma mais confiante, também caracteriza esse novo padrão de acumulação em seus trabalhos como uma oportunidade de alcançar os países desenvolvidos através de “uma teoria econômica e uma proposta de política econômica voltada para o desenvolvimento econômico. Uma proposta que não sofra dos vícios da frouxidão fiscal (populismo fiscal) e da frouxidão cambial (populismo cambial), mas que afirme a necessidade de uma intervenção firme do Estado para sanar parcialmente as falhas do mercado. Uma proposta que esteja comprometida com o equilíbrio fiscal e o fortalecimento do Estado, inclusive porque só Estados fortes podem garantir mercados fortes. Uma proposta que esteja voltada para os interesses dos mais pobres e para o interesse nacional.” (BRESSER PEREIRA, 2003).

A desregulamentação própria do neoliberalismo, influenciando todo um instrumental jurídico draconiano nas garantias ao capital e lasso para as possibilidades de intervenção e fiscalização do Estado, permitiu um avanço das corporações (de capital nacional, estrangeiro ou frequentemente com uma forte articulação de ambos) no controle e espólio dos recursos naturais, que majoritariamente se localizam no meio rural. Mas também o neo-desenvolvimentismo, com seus programas de aceleração do crescimento, sua aposta em uma reprimarização das exportações, sua ênfase nas parcerias público-privadas e sua opção pelo fortalecimento de empresas nacionais para concorrer no mercado internacional, continua com o mesmo processo de mercantilização exaustiva dos recursos e, portanto, do rural. Essas duas orientações articuladas provocam a sobre-exploração das áreas já ocupadas e das novas fronteiras abertas, impactando de forma especialmente contundente nos grupos sociais que foram se acomodando nas bordas dos territórios da reprodução intensa do capital: em geral, esses povos e comunidades tradicionais.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que o processo de modernização da agricultura se reativa uma e outra vez, com a nova onda de tecnificação (por exemplo, com a expansão da agricultura de precisão ou com a ampliação da área plantada com transgênicos), outros processos compõem para constatar essa ampliação das formas em que o capital se reproduz no campo: aumento das áreas plantadas com monoculturas florestais (“desertos verdes”), compra de terras por governos e corporações estrangeiras (*land grab*), abertura e ampliação de mercados para as commodities agrícolas. E não só se trata de atividades agrícolas, também, outras atividades com base rural mostram essa mesma dinâmica: crescimento da exploração de recursos mineiros, construção de infraestruturas para acelerar a produção e melhorar seu escoamento (estradas, barragens, portos, etc.), destinação para turismo ou preservação (sem gente) de áreas tradicionalmente ocupadas por grupos que mantiveram atividades produtivas de baixo impacto, por exemplo, em áreas litorâneas ou de montanha (atividades extrativistas de vários tipos), entre outras.

Como vemos, apenas com uma visão panorâmica das formas em que o capital avança no meio rural podemos perceber que suas lógicas da reprodução no campo hoje impactam de forma considerável em populações ou que mantinham uma relação entre a subsistência e a exploração da natureza marcada pelo equilíbrio ou que se localizaram de áreas de difícil acesso, como acontece com boa parte dos povos e comunidades tradicionais. Essa constatação somada à “extraordinária diversidade fundiária” (LITTLE, 2002, p. 2) desses grupos, nos leva a pensar na necessidade de repensar os termos com

que devemos entender hoje a questão agrária no Brasil⁵. Se em um texto anterior (MONTENEGRO GÓMEZ, 2010) apontávamos para uma série de aspectos que mudaram a leitura da questão agrária, como os problemas ambientais, a soberania alimentar, a pluralidade de sujeitos em conflito com a lógica destrutiva do capital ou o papel do Estado na agricultura, o tema da heterogeneidade fundiária que os povos e comunidades tradicionais possuem não é um tema menor. A manutenção de formas comunitárias de aproveitamento dos recursos naturais, que apesar de terem sua área reduzida continuam mostrando sua vigência para a manutenção desses grupos, se constituem, por um lado, em resistência ao avanço do aproveitamento privado da terra e, por outro lado, em aviso para fortalecer mecanismos de reforma agrária que permitam contemplar essas diferenças nas formas de acesso à terra, assim como estratégias de regulação fundiária que possibilitem a esses grupos serem reconhecidos não só associados a uma terra determinada, mas a um território específico.

Há sessenta anos, esse mesmo desenvolvimento que está na denominação da Política Nacional de “Desenvolvimento” Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, citada acima, e que é o mesmo que dá sentido às expressões desenvolvimento econômico, industrial, rural, etc., foi instituído como uma fronteira, como uma relação desigual⁶. De um lado, os países centrais, desenvolvidos, ricos, industrializados, o Primeiro Mundo. De outro lado, os países periféricos, pobres, subdesenvolvidos, “em desenvolvimento”, “em vias de industrialização”, o Terceiro Mundo. Trata-se de uma cisão aparentemente discursiva, mas performática, isto é, capaz de criar a realidade que enuncia⁷. A principal consequência dessa separação abrupta, marcada aparentemente pela racionalidade que se converte em evidência empírica, foi a institucionalização do desenvolvimento como política em prol do passo do subdesenvolvimento ao

⁵ Segundo afirma Little (2002) na introdução do seu trabalho “Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”: “ao incluir os diversos grupos não-camponeses na problemática fundiária – no que Bromley (1989) chama de uma “outra reforma agrária” –, a questão fundiária no Brasil vai além do tema de redistribuição de terras e se torna uma problemática centrada nos processos de ocupação e afirmação territorial, os quais remetem, dentro do marco legal do Estado, às políticas de ordenamento e reconhecimento territorial. Essa mudança de enfoque não surge de um mero interesse acadêmico, mas radica também em mudanças no cenário político do país ocorridas nos últimos vinte anos. Nesse tempo, essa outra reforma agrária ganhou muita força e se consolidou no Brasil, especialmente no que se refere à demarcação e homologação das terras indígenas, ao reconhecimento e titulação dos remanescentes de comunidades de quilombos e ao estabelecimento das reservas extrativistas.”

⁶ Os autores da corrente denominada pós-desenvolvimento datam esse “nascimento” no dia 20 de janeiro de 1949, quando o presidente dos Estados Unidos, Harry S. Truman, pronuncia o discurso de posse do seu segundo mandato. Nele, menciona concisamente a necessidade de levar o conhecimento técnico e o progresso industrial dos EUA a todos os países “subdesenvolvidos” (SACHS, 2000 [1992]).

⁷ Evidentemente, as condições de vida das populações são diferentes dependendo dos países, no entanto, com essa cisão provocada pela ideia de desenvolvimento se escolhe um padrão determinado do que seria o ideal (*o american way of life*) e o que fica fora do mesmo se considera desviado, inferior.

desenvolvimento através de uma linha ascendente de melhora econômica, social, cultural, etc.

Dessa forma, sob a lógica da ciência moderna e ocidental como instrumento legitimador de qualquer intervenção, o desenvolvimento ganha uma capilaridade intensa e inquietante: pelo desenvolvimento são eliminadas formas de vida adequadas a contextos específicos (bens naturais explorados em comum, práticas de convívio com meios naturais restritivos, etc.), mas que não se consideram racionais desde o crivo científico-moderno-ocidental; são construídas infraestruturas desmedidas (barragens, portos, estradas, etc.) que favorecem apenas a penetração de atividades econômicas e o saqueio de recursos naturais e não as comunidades que vivem no local; ou são impostas formas de (des)regulação (comercial, trabalhista, etc.) que sob o discurso enganoso da liberdade, favorecem quem na competência já parte com vantagem.

O desenvolvimento, por muitas partículas que carregue⁸, impõe caminhos estereotipados de “progresso” econômico. Por isso pensar um desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais (como sugere a Política Nacional), levanta sérios interrogantes. Que tipo de desenvolvimento é esse? Quem necessita desse desenvolvimento? Os povos e comunidades tradicionais são subdesenvolvidos? Até que ponto o fortalecimento desses grupos se dá com uma política de desenvolvimento⁹?

Existe isonomia entre a multiplicidade de políticas desenvolvimentistas esbanjantes de recursos e a PNPCT, ou estamos mais uma vez frente a um caso de atropelo manifesto de políticas ‘grandes’ que passam por cima de uma política “menor”?

De novo, como no item anterior, nos deparamos com a necessidade de repensar as estratégias que tentam promover medidas homogeneizadoras em situações de

⁸ Como afirma Latouche (2007, p. 25) “entramos na era dos desenvolvimentos ‘em partículas’ (...) Vimos os desenvolvimentos ‘autocentrados’, ‘endógenos’, ‘participativos’, ‘comunitários’, ‘integrados’, ‘autênticos’, autônomos e populares’, ‘equitativos’... sem falar do desenvolvimento local, do microdesenvolvimento, do endodesenvolvimento, e até do etnodesenvolvimento! Ao aumentar um adjetivo ao conceito de desenvolvimento não se coloca em questão realmente a acumulação capitalista. No máximo, tenta-se incorporar um conceito social ao crescimento econômico, como antes podia ser incorporada uma dimensão cultural, e hoje um componente ecológico”. O tal do flamejante desenvolvimento sustentável.

⁹ A lista de princípios da PNPCT é longa e cheia de boas palavras, quando tomadas de forma isolada da realidade, mais se revelam frágeis quando pensadas no contexto de governos sejam neoliberais ou neodesenvolvimentistas: “I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes étnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade; II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania (...)”. Para ver os outros doze louváveis princípios, ver Brasil (2007).

diversidade expressa. As políticas de desenvolvimento, e especificamente de desenvolvimento rural, que atingem esses povos e comunidades, além de serem escassas e sustentadas por recursos mais do que limitados, oferecem caminhos padronizados de inserção em lógicas mercantis e de promoção de uma cidadania formal, longe de um respeito profundo de suas formas de vida e usos do território.

Nos últimos anos, no Brasil (e na América Latina como um todo), a promoção indiscriminada de um agronegócio chave para os projetos neoliberal e neodesenvolvimentista, traz como contrapartida a necessidade de oferecer mecanismos de compensação para as formas de uso da terra com predomínio do trabalho familiar. O receituário do Banco Mundial desde 1975 já aponta nesse sentido¹⁰, sendo assumido desde o ano 1995 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso¹¹ e consolidado nos dois governos de Luiz Inácio Lula da Silva, mas se trata de uma estratégia de incorporação seletiva nos mecanismos de mercado dos agricultores que ainda não se encontravam completamente assimilados à lógica mercantil, um remedeo de agronegócio com menor escala (“agronegocinho”), baseado em políticas de empréstimos específicos e ultimamente políticas de compras públicas de alimentos provenientes da agricultura familiar.

Complementarmente, nascidas no final do governo Fernando Henrique Cardoso, mas implementadas de fato ao longo dos oito anos de governo Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas de desenvolvimento territorial rural também irão incidir sobre os produtores com mais dificuldades, habitualmente os que empregam trabalho familiar.

Centradas no combate à pobreza e na articulação produtiva e institucional de um rural mais abrangente (não só agrícola e não estritamente isolado dos centros

¹⁰ João Márcio Mendes Pereira (2006) no seu retrato detalhado das características da política agrária do Banco Mundial aponta, a visão desta instituição em relação à produção familiar na agricultura: “maior produtividade e eficiência do trabalho familiar, em razão do incentivo, da participação no risco e dos baixos custos de monitoramento e de supervisão do trabalho (...) Na visão dos economistas do BM, são poucos os casos em que há economias de escala na agricultura, o que justificaria economicamente o trabalho familiar (...) A principal desvantagem sofrida pela produção familiar, em relação às grandes unidades sob trabalho assalariado, residiria, contudo, no acesso ao crédito e no seu custo, mais fácil e tendencialmente mais barato para os grandes proprietários, bem como no acesso a mercados e informações” (p. 364).

¹¹ No relatório do Bando Mundial nº 11783-BR, de 31 de julho de 1994 (publicado três meses antes da primeira eleição ganhada por Fernando Henrique Cardoso), intitulado *Brazil: the management of agriculture, rural development and natural resources* (1994), aparecem várias sugestões que serão fielmente seguidas ao longo dos oito anos seguintes: colocar num primeiro plano o mercado e o senso empresarial (reduzindo o papel do Estado e aumentando os retornos da iniciativa privada), mas ao mesmo tempo, reduzir as distorções e falhas criadas pelo próprio funcionamento do mercado, como a pobreza e os problemas do meio ambiente; modificar a política de Reforma Agrária, abandonando a desapropriação e adotando mecanismos de mercado; e ação em favor da integração no mercado dos pequenos e médios proprietários familiares (agricultura familiar), os quais seriam os atores principais da revitalização econômica do meio rural.

urbanos), as medidas de desenvolvimento territorial pretendem avançar não só em questões produtivas, mas também em questões de integração social¹².

Em ambos os casos, e apesar do discurso, as medidas de desenvolvimento que afirmam promover mudanças econômicas e sociais entre os segmentos das populações mais pobres (dos que os povos e comunidades tradicionais fazem parte) padronizam uma ideia de desenvolvimento nos marcos do desenvolvimento ocidental capitalista, caracterizado pela acumulação e pelo alargamento do consumo à escala privada o que entra em conflito com as possibilidades e os modos de vida tradicionalmente estabelecidos.

As mais recentes propostas de integração da diversidade cultural com o desenvolvimento, forjadas nas instituições latinoamericanas que comandam a produção de conhecimento nesse campo (e que são difundidas depois pelos diferentes países da região), também não oferecem uma expectativa muito alentadora. Sob a denominação de “Desenvolvimento Territorial Rural com Identidade Cultural”, o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural-RIMISP, vem promovendo uma estratégia de desenvolvimento onde a identidade, a cultura e o território podem ser uma estratégia fundamental para combater a pobreza na América Latina, segundo o discurso do próprio Centro. Em uma das publicações que resumem a proposta, encontramos uma caracterização do que seria esse tipo de proposta:

(...) de maneira crescente existe um interesse e um reconhecimento relativamente abrangente acerca de estratégias de desenvolvimento rural associadas a bens e serviços com identidade: serviços de turismo vinculados à identidade étnica ou ecológica; produtos orgânicos cujo valor se baseia em sua associação com atributos de saúde e/ou de respeito pela natureza; produtos que sugerem a ideia de uma relação justa entre produtores, intermediários e consumidores (fair trade); bens que se distinguem no mercado pela sua origem em processos que respeitam os direitos laborais e os direitos humanos (ethical trade) (...); produtos que simbolizam novas formas de relação entre o consumidor

¹² Uma das medidas mais propagandeadas tem sido os Territórios da Cidadania: conjuntos de municípios com certa identidade territorial e formados por uma percentagem de população com carências manifestas (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, acampados sem-terra, povos e comunidades tradicionais, entre outros) que integram políticas de vários ministérios com o objetivo de "promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável" (MDA, 2010).

e os alimentos e as comunidades que os geram (*Slow Food*), etc. (FONTE; RANABOLDO, 2007, p. 11-12).

Nesse sentido, a etnia, a língua, a história, a arquitetura, as formas de manejo dos recursos naturais, as festas e a religiosidade popular, a cozinha ou a música, seriam qualidades de um território que permitiriam construir uma imagem de marca específica, capaz de atrair certo tipo de consumidor disposto a pagar por esse diferencial cultural e melhorar a capacidade que um território teria de competir em mercados dinâmicos globais. No entanto, insistimos nas questões anteriores: que tipo de desenvolvimento é esse? Quem necessita desse desenvolvimento? Os povos e comunidades tradicionais são subdesenvolvidos?

Há quinhentos anos, a historiografia tradicional vem relatando que houve um processo de colonização de terras e gentes nas Índias Ocidentais. Terras e gentes que receberam nomes alheios e genéricos: América e índios. Frente a essa história que revela na mesma medida que apaga, que enumera fatos acontecidos e personagens relevantes, mas que o faz desde o olhar do conquistador, escondendo os fatos e os personagens importantes para os “conquistados”, o “projeto modernidade/colonialidade”¹³ propõe um olhar desses processos através do entendimento que “a ‘modernidade’ é uma narrativa européia que tem uma cara oculta e mais obscura, a colonialidade. Em outras palavras, “a colonialidade é constitutiva da modernidade: sem colonialidade não há modernidade” (MIGNOLO, 2009, p. 39).

Com essa ferramenta, as releituras do processo de formação sócio-territorial de América latina saem de um paradigma marcado pelas categorias impostas desde a racionalidade moderna e ocidental¹⁴ e ganham uma atenção especial acerca dessas outras racionalidades apagadas pela história, pelos processos de dominação colonial, pela expansão homogeneizante de um capitalismo racista (QUIJANO, 2005). Esse paradigma da decolonialidade, aprofundando as diferenças, enfatizando a pluralidade de discursos, criticando as histórias contadas superficialmente e desde um só bando, abre múltiplas possibilidades para uma análise das ausências, das supressões que hoje perduram, não só como história, como tradicionalidade, como ancestralidade, mas sim como processos cotidianos de eliminação de outras racionalidades nessa sociedade da racionalidade única do capital.

¹³ Em volta desse “projeto” podemos encontrar a Aníbal Quijano, Edgardo Lander, Ramón Grosfoguel, Walter Mignolo, Arturo Escobar, Santiago Castro-Gómez, Fernando Coronil, Catherine Walsh, entre outros. Escobar (2003) oferece um panorama detalhado de como se forma esse “projeto”, seus interesses e perspectivas.

¹⁴ Aníbal Quijano (2005) enumera algumas delas: “Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno”.

O paradigma decolonial não seria visto, assim, apenas como uma estratégia de denúncia de ultrajes históricos, mas sim como mais uma ferramenta que possibilita desvendar os mecanismos e as conseqüências desse desenvolvimento combinado e desigual que o capital reproduz *ad infinitum*. E mais do que isso, nos oferece pistas sobre as razões da emergência do panorama de resistências e lutas que em toda América Latina surgem contra o avanço indiscriminado do capital: os neozapatistas em Chiapas, a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca, os afrodescendentes colombianos, o enfrentamento de Bagua, o movimento indígena equatoriano e boliviano, o reconhecimento territorial do povo mapuche em Chile e Argentina, a luta contra a espoliação dos recursos naturais na Argentina, entre um número muito amplo de experiências contundentes. Se a estratégia homogeneizante do capital através da mercantilização dos recursos e de sua extração desregrada, ganha resistências em várias partes do subcontinente, se faz necessário um olhar mais profundo sobre a forma especial em que as racionalidades dos povos originários, das comunidades tradicionais, dos grupos miscigenados trabalham no povoamento e aproveitamento dos territórios que ocupam, com lógicas não diretamente assimiláveis à lógica do capital. Esses espaços imbuídos de outras epistemes nos mostram que há diversidades ainda não totalmente subsumidas na lógica do capital, que se reforçam por conhecimentos e cosmovisões outras que não as ocidentais, modernas, científicas, etc.

Indígenas, quilombolas ou camponeses de todo tipo com sua forma de existir e se reproduzir econômica e socialmente promovem uma crítica contundente à lógica dos mecanismos de poder na nossa sociedade. A decolonialidade nos abre a porta para entender esses processos de forma ampla. Não apenas como estratégias econômicas que entram em conflito, mas sim como formas de construção de conhecimento diferenciadas.

Nesse sentido, esse paradigma enlaça com a estratégia de desconstrução do desenvolvimento levada a cabo pelos autores que se congregam em torno do “pós-desenvolvimento”¹⁵. Arturo Escobar, por exemplo, em seu trabalho sobre a desconstrução das ideias associadas de desenvolvimento e Terceiro Mundo (1998 [1995]), mostra como a racionalidade economicista do capitalismo estadunidense triunfante após a Segunda Guerra Mundial, modela um discurso, uma prática e umas instituições que ratificam essa linha criada entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre Primeiro Mundo e Terceiro Mundo: um discurso carregado de uma orientação moderna, colonial e ocidental que impregna as práticas, os discursos e as instituições que promovem o desenvolvimento no mundo todo.

¹⁵ Autores como Arturo Escobar, Serge Latouche, Gustavo Esteva, Majid Rahnema, Wolfgang Sachs, entre outros e que congregaram seus esforços no livro conjunto Dicionário do Desenvolvimento editado por Wolfgang Sachs (2000, [1992]).

Ao mesmo tempo, perseguir essas outras racionalidades nos leva, no Brasil, ao estudo dos povos e comunidades tradicionais como grupos que colocam em questão as formas de racionalidade presentes na nossa sociedade e, em geral, os modelos homogeneizadores de desenvolvimento para o meio rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estabelecer pontes entre povos e comunidade tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade se constitui na dimensão teórica que sirva de base para fortalecer pesquisas realizadas dentro do grupo de pesquisa Centro de Estudos de Geografia do Trabalho, seção Curitiba (UFPR). Essas pesquisas vêm sendo realizadas tendo como grupos estudados os pescadores artesanais e os faxinalenses dentro de um movimento maior, a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais (composto pelos dois segmentos citados, mais ilhéus, cipozeiros, quilombolas, indígenas, aprendizes da sabedoria e religiões de matriz africana). Em definitiva, povos e comunidades tradicionais do Paraná que vêm se destacando como sujeitos que reivindicam políticas públicas específicas em base a critérios de auto-determinação, tradicionalidade e identidade territorial que chocam contra modelos de desenvolvimento rural rígidos e que, ao mesmo tempo, confrontam a expansão do capital e expandem as definições de como entendemos hoje a questão agrária.

Para entender de forma complexa os conflitos que essas populações enfrentam (com o agronegócio, com as infraestruturas promovidas pelo Estado ou pela iniciativa privada, com as políticas ambientais restritivas, entre outras) a crítica ao desenvolvimento e o paradigma da decolonialidade, nos parecem elementos de fundamental importância que desmontam os discursos e as práticas que hoje são promovidas nesses âmbitos.

Nesse texto, fizemos uma primeira aproximação entre esses conceitos. Não deve ficar por aqui, a novidade do tema e das teorias apresentadas e as contínuas mudanças dos processos que envolvem esses povos e comunidades tradicionais nos exigem outras reflexões sobre o tema que nos permitam pensar na necessidade de articular essas ideias com uma análise da dinâmica da sociedade do capital onde se inserem. Um desafio que temos em comum.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2ª ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008, p. 25-131.

BANCO MUNDIAL. Brazil - The management of agriculture, rural development and natural resources (Report n. 11783-Br). Washington: Banco Mundial, 1994.

BRASIL. Decreto nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, 2007. BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Retomada da Revolução Nacional e Novo Desenvolvimentismo. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. São Paulo: editora 34, 5ª ed. 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia neoliberal. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado y mercado en el nuevo desarrollismo. Nueva Sociedad, nº 210, jul./ago. de 2007.

BROMLEY, Daniel W. Property relations and economic development: The other land reform. World Development, vol. 17, nº 6. p. 867-877, 1989.

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo. Construcción y deconstrucción del desarrollo. Santafé de Bogotá: Norma, 1998 [1995].

ESCOBAR, Arturo. «Mundos y conocimientos de outro modo». El programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, nº 1, p. 51-86, jan.-dez. de 2003.

FONTE, Maria; RANABOLDO, Claudia. Desarrollo rural, territorios e identidades culturales. Perspectivas desde América Latina y la Unión Europea. Revista Ópera. Universidad Externado de Colombia, nº 7, p. 9-31, 2007-2008.

KATZ, Claudio. El curso neo-desarrollista. Rebelión, 2007. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=46861>>. Acesso em: 15 ago. 2010.

LATOUCHE, Serge. Sobrevivir al desarrollo. De la descolonización del imaginário económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: Simpósio Natureza e Sociedade: desafios epistemológicos e metodológicos para a antropologia. XXIII Reunião Brasileira de Antropologia: Gramado, 2002.

MENDES PEREIRA, João Márcio. A política agrária do Banco Mundial em questão. Estudos avançados. vol. 20, nº 57, p. 355-383, mai/ago 2006.

MIGNOLO, Walter D. La colonialidad: la cara oculta de la modernidad. MACBA, 2009, p. 39-49. Disponível em: <http://www.macba.es/PDFs/walter_mignolo_modernologies_cas.pdf>. Acesso em: 23 março 2010.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. Conflitos pela terra e pelo território: ampliando o debate sobre a questão agrária na América Latina. In: SAQUET, Marcos A.; SANTOS, Roselí Alves dos. (org.). Geografia agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 13-34.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SACHS, Wolfgang (ed.). Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000 [1992].

Contato com o autor: jorgemon@ufpr.br

Recebido em: 03/03/2012

Aprovado em: 12/06/2012